

PROSPECTOS DE UMA NOVA ORDEM: A DISPUTA HEGEMÔNICA ENTRE CHINA E ESTADOS UNIDOS E OS CAMINHOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO SISTEMA INTERNACIONAL

João Vitor Zaidan¹
Ana Beatriz Cavalcanti²
Flavianne Nóbrega³
Pedro Vieira⁴
João Henrique Fonseca⁵
Laura Gabriella Silva⁶

SINOPSE

Este artigo tem como objetivo confrontar os paradigmas da política externa brasileira com o novo cenário que se forma a partir do processo de ascensão da China. Ele revisita o debate teórico sobre o que pode ser chamado de transição de poder entre este país e os Estados Unidos, além das implicações para as posições chinesas e para o sistema internacional. Também sublinha tais paradigmas, com ênfase em questões como o autonomismo e diferentes interpretações sobre cooperação e multilateralismo. Em seguida, discutem-se pontos estratégicos para o Brasil que poderão sofrer mudanças ou transformações no contexto da ascensão da China no sistema internacional, visando considerar como o país poderá assegurar seus interesses em uma nova ordem. Como resultados, pôde-se observar que, à medida que a China avança no processo de transição de poder, o que atualmente se observa como cooperação Sul-Sul pode tomar graus ainda maiores de assimetria. Dessa forma, é necessário que a política externa brasileira se realinhe de modo a preservar a autonomia brasileira ante os novos desafios, algo já bastante feito em momentos anteriores da História.

Palavras-chave: China; Estados Unidos; transição de poder; política externa brasileira; sistema internacional.

ABSTRACT

This article aims to confront the paradigms of Brazilian foreign policy with the new scenario that is forming due to the process of China's rise. It revisits the theoretical debate regarding what can be called the power transition between the country and the United States, in addition to the implications for Chinese positions and the international system. It also underlines the paradigms of Brazilian foreign policy, with an emphasis on issues such as autonomism and different interpretations about cooperation and multilateralism. Then, strategic points for Brazil that may undergo changes/transformations in the context of China's rise in the international system are discussed, in order to consider how the country can ensure its interests in a new order. As results, it was possible to observe that, as China advances in the process of power transition, what is currently observed as South-South Cooperation may take on even greater degrees of asymmetry. In this way, it is necessary for the Brazilian foreign policy to realign itself so as to preserve Brazilian autonomy in the face of new challenges, something already done quite a bit in previous moments of History.

Keywords: China; United States; power transition; Brazilian foreign policy; international system.

JEL: F5; N45.

Artigo recebido em 25/2/2025 e aprovado em 23/4/2025.

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/bepi40art3>

1. Bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco; e graduando em direito na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5324-5947>. E-mail: joao.zaidan@ufpe.br.

2. Graduanda em direito na UFPE. E-mail: beatriz.cavalcantis@ufpe.br.

3. Professora de direito constitucional e teoria do Estado na UFPE; doutora em direito e mestra em ciência política pela UFPE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2349-0167>. E-mail: flavianne.nobrega@ufpe.br.

4. Graduando em direito na UFPE. E-mail: pedro.vieira@ufpe.br.

5. Graduando em direito na UFPE. E-mail: joao.villachan@ufpe.br.

6. Mestranda em direito na UFPE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2954-9067>. E-mail: lauragmuniz@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O sistema internacional está, atualmente, passando por transformações em matéria de distribuição de poder e hegemonia (Carvalho, 2023; Migowski, 2021). Após décadas do que se chegou a chamar de unipolaridade sistêmica liderada pelos Estados Unidos, é notável como outro país vem contestando a hegemonia americana ao alcançar um patamar de poder crescente. Este país é a China. Diversos indicadores⁷ mostram os seus avanços dos pontos de vista econômico, político e militar, incluindo a construção de um terceiro porta-aviões, além do fortalecimento de relações comerciais com diversos países em desenvolvimento e apoio a movimentos de contestação da atual ordem liderada pelos Estados Unidos. Nações que tinham o país norte-americano como maior parceiro comercial agora têm a China, a exemplo do Brasil.⁸

Diante desse cenário de mudança, o Brasil – que vem rumando para uma retomada de sua inserção no sistema internacional (Kalout e Guimarães, 2023) – depara-se com um parceiro de cooperação Sul-Sul e de fóruns como o BRICS⁹ que está no caminho de alcançar a hegemonia a nível global, papel ocupado atualmente pelos Estados Unidos. Diante dos elementos apontados, além de crescentes iniciativas chinesas com o intuito de moldar a ordem mundial, a política externa chinesa vem saindo de uma lógica de ascensão pacífica, em direção a objetivos mais assertivos de poder hegemônico (Goldstein, 2020). Nesse sentido, cabe ao Brasil analisar o cenário que se forma de modo a avaliar como os princípios históricos de sua política externa, em especial a autonomia, a promoção do desenvolvimento nacional, a solução pacífica de controvérsias e a busca de ganhos nacionais com a cooperação podem continuar a ser seguidos em um potencial sistema internacional sob a liderança chinesa.

Este texto tem como objetivo confrontar os paradigmas da política externa brasileira (PEB) com o novo cenário que se forma a partir do processo de ascensão da China. A metodologia adotada é qualitativa, com consulta tanto à literatura sobre a PEB como ao debate teórico mais recente, assim como a dados públicos secundários, documentos e declarações, de modo a reunir informações para atingir o objetivo. Não se busca reinterpretar a PEB, mas discutir as interpretações relevantes sobre a inserção internacional do Brasil a fim de compreender possibilidades para a atuação do país diante da mudança na distribuição de poder no mundo e das suas consequências.

Este artigo organiza-se em quatro seções principais, além desta introdução, quais sejam: i) uma primeira relativa aos desenrolares da disputa entre Estados Unidos e China e da ascensão chinesa; ii) outra seção em que se discutem os padrões históricos da posição do Brasil no mundo e de seus interesses e meios pelos quais são buscados; iii) uma terceira em que se exploram as possibilidades para o país em um sistema internacional moldado pela China, com possíveis mudanças na postura chinesa em uma posição hegemônica; e iv) uma última seção que traz as considerações finais.

7. Conferir, por exemplo, os indicadores disponíveis em: <https://data.worldbank.org/country/china>; e <https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/arms-and-military-expenditure/military-expenditure>.

8. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 1º fev. 2025.

9. Acrônimo para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

2 A DISPUTA HEGEMÔNICA ENTRE CHINA E ESTADOS UNIDOS

No contexto do século XXI, é notável o questionamento da hegemonia dos Estados Unidos – responsável por veicular regras da ordem mundial há décadas – diante da consolidação da China. O país asiático vem se afirmando em termos políticos como ator mais presente nas dinâmicas bilaterais e multilaterais, defendendo reformas institucionais, além de apresentar taxas de crescimento altas, como pode ser notado por meio de diversos indicadores e setores socioeconômicos. O produto interno bruto (PIB) do país era de US\$ 1,21 trilhão em 2000 e chegou a cerca de US\$ 19,73 trilhões em 2023, sendo o segundo maior PIB do mundo em dólar corrente e o maior em paridade do poder de compra.¹⁰ O gasto do setor militar chinês, por sua vez, cresceu de US\$ 17,7 bilhões para US\$ 293 bilhões nas duas últimas décadas – situando o país como o segundo maior em gastos militares, apenas atrás dos Estados Unidos.¹¹

Como ressalta Migowski (2021), a situação lembra a chamada armadilha de Tucídides, expressão cunhada na obra do historiador da Grécia Antiga, considerada um dos clássicos da geopolítica, em relação à insustentabilidade *ad eternum* da posição de potência de Esparta diante da ascensão ateniense. Pode-se ainda compreender a situação a partir do que coloca Organski (1958), com a teoria da transição de poder, que hierarquiza os Estados em quatro categorias – Estado dominante; grandes potências; potências regionais; e poderes secundários. É possível entender que a China encontra-se na segunda, indo em direção à primeira categoria, adquirindo capacidades para rivalizar com o atual Estado dominante e impor-se no sistema internacional.

Autores como Goldstein (2020), ao discutir a existência de uma grande estratégia chinesa quanto à sua posição no sistema internacional, ressaltam uma mudança na abordagem histórica do país calcada na ideia de ascensão pacífica. Na atualidade, há uma política externa que vem se tornando mais assertiva sobretudo com o governo de Xi Jinping e buscando não apenas enfrentar desafios de um sistema internacional posto ou construir capacidades e se adaptar à ordem existente, mas moldá-la aos seus interesses. A base para essa atuação é o chamado sonho chinês, também da última década, inserido em uma estratégia de rejuvenescimento, encabeçada pelo atual presidente. Nessa linha, a China visa voltar a ocupar um papel de influência na ordem internacional, desconstruindo desconfianças em relação ao país e se afirmando como ator responsável em um contexto de crise do sistema internacional. Estratégias de comunicação são usadas nesse âmbito de modo a construir uma nova imagem do país no marco dessa grande estratégia (Morales e Menechelli, 2024).

Há, nesse sentido, o fortalecimento de relações com países de todo o mundo sob a retórica de benefícios mútuos, colocando-se a China como provedora de bens públicos globais e como criadora de alternativas a formas tradicionais de financiamento, empréstimos e de cooperação. Paralelamente, o país avança em objetivos de longo prazo e mais relacionados a interesses nacionais, como a reunificação com Taiwan, definição de conflitos e disputas fronteiriças e territoriais, bem como marítimas, como é possível verificar com a intensificação da atuação militar chinesa no Mar do Sul da China e na fronteira marítima com Taiwan, de modo a intimidar atores adversários e estender sua projeção de poder, incomodando outros atores regionais (Kim, 2015; Yahuda, 2014).

10. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/china>. Acesso em: 19 abr. 2023.

11. Disponível em: <https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/arms-and-military-expenditure/military-expenditure>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Ao mesmo tempo, a China segue se identificando para o mundo como um país em desenvolvimento, inclusive em termos comerciais, sempre defendendo o caráter de benefício mútuo das suas iniciativas bilaterais ou multilaterais. Em 2024, as tarifas comerciais para países de menor desenvolvimento relativo, como o Haiti, foram zeradas, também de modo a assinalar um papel de provedor, mesmo que haja interesses que não o benefício mútuo guiando tais ações. O grande número de categorias para as suas relações bilaterais, como parceria estratégica global e Comunidade de Futuro Compartilhado por um Mundo mais Justo e um Planeta mais Sustentável – que é o atual nível das relações com o Brasil –, também é uma marca da política externa chinesa. Trata-se de uma maneira de, indo além das simples “parcerias estratégicas”, demonstrar a importância de certas relações, notadamente com países do Sul global, além de preparar o ambiente para a sua ascensão (Zhongping e Jing, 2014).

Nesse contexto, é importante situar algumas iniciativas chinesas que estão fazendo o país alavancar sua posição no mundo. A Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative – BRI) – também conhecida como Nova Rota da Seda – foi criada em 2013 e tem como foco o financiamento de infraestrutura voltada para garantir o escoamento de produtos e a melhoria da conectividade. Ela concretiza o interesse da China em aumentar e aprimorar a conexão dos continentes por meio de uma rede de modais de transporte (rodovias, ferrovias e portos) e distribuição de energia (oleodutos e gasodutos), sob um discurso oficial de benefício mútuo e cooperação Sul-Sul que esconde assimetrias de desenvolvimento e poder. Mais de 140 países assinaram memorandos de entendimento e outros instrumentos no âmbito da BRI, que soma mais de 14 mil projetos. Entre as principais críticas, vem sendo apontado o potencial da iniciativa de gerar dívidas a países com baixas capacidades de pagamento – o que apenas aumenta a projeção de poder da China (Duarte, Leandro e Galán, 2023).

Autores como Carrai (2023) e Costa (2023) destacam o papel da iniciativa para a construção de uma nova ordem mundial por parte da China, inserindo as suas visões e objetivos na prática da globalização. Por meio da cooperação, o país avança a propaganda oficial de comunidade de futuro compartilhado, desenvolvendo projetos em outras nações, beneficiando-as ao mesmo tempo em que cumpre os seus objetivos, embora essas duas dimensões possam ser assimétricas, beneficiando mais a China, que também busca transferir capacidade de produção (Kumar, 2023). De todo o modo, os membros da BRI formam uma rede da qual parte dos países tem proximidade política com a China, o que, junto à retórica de ganho mútuo dos projetos e a questões como a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável (Fang *et al.*, 2023), contribui para legitimar a posição chinesa perante a comunidade internacional (Costa, 2023).

Os financiamentos e investimentos da BRI advêm de diversas fontes, como bancos e outros canais estatais, relacionando-se com uma política econômica interna baseada em estímulos advindos do Estado, como apontado por Nogueira (2021) e por Mendonça, Lopes Filho e Oliveira (2022). Nos últimos anos, contudo, como apontado por Nedopil (2024), o volume de investimentos da BRI vem caindo por diferentes motivos, como obstáculos na implementação de projetos, mudanças de estratégia e limitações econômicas. Ainda assim, o estoque de projetos e recursos é expressivo e a iniciativa segue sendo bastante estratégica para a China.

Também figuram como importantes para a visão de ordem internacional do país asiático fóruns e iniciativas construídas para discutir questões ou relações com regiões, como as Iniciativas de Civilização e de Segurança Global, em que temas como direitos humanos e segurança internacional são tratados sob a ótica chinesa (Santos, Li e Alves, 2023). Trata-se de formas de, mesmo que sem

grande centralidade ou ênfase, manifestar interpretações chinesas de temáticas relevantes, como expressões de uma visão de sistema internacional do país.

Outra fronteira bastante importante nesse contexto de disputa hegemônica é a da tecnologia. Como apontado por Horowitz (2018), ferramentas como a inteligência artificial são muito importantes para a balança de poder internacional, refletindo-se em assimetrias e vantagens competitivas. No que se refere ao 5G, por exemplo, a China lidera a corrida, com a Huawei sendo uma das principais fornecedoras globais dos equipamentos necessários à tecnologia. O setor de semicondutores também é alvo de investimentos significativos, já que o país pretende ser mais independente em relação à importação de *chips* de outros países. Podem ser elencadas medidas como a oferta de subsídios e incentivos às empresas nacionais do ramo, aquisição de tecnologia estrangeira necessária com parcerias de capacitação dos trabalhadores da área, além do investimento em programas de pesquisa científica.

Dessa forma, a China busca aumentar a sua competitividade com a participação de empresas como Huawei, Semiconductor Manufacturing International Corporation (SMIC) e Lenovo no mercado de tecnologia, embora as companhias concentrem-se no mercado interno. Assim, o país pretende encurtar sua distância em matéria de capacidade tecnológica em relação aos Estados Unidos. Diante dessa ameaça, os Estados Unidos tentam se defender adotando medidas de restrição ao acesso da China a tecnologias críticas, como a proibição de vendas de *chips* e de equipamentos usados em sua fabricação e na de supercomputadores. Também foram anunciadas políticas americanas com vistas a atrair fábricas para o país, como forma de se fortalecer nessa disputa estratégica (Bown, 2020).

Essas disputas se dão em um contexto de mudança no eixo de gravitação da economia internacional e ascendente posição de dominância do país asiático perante o mundo em diversas esferas. Segundo dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Nicta e Razo, 2021), a China ultrapassou a União Europeia e se tornou a maior parceira comercial de países em desenvolvimento, o que mostra os sinais do avanço chinês como país-chave do sistema internacional. De modo a consolidar essa posição e fortalecer a propaganda do país de parceira dos países com menor participação na economia internacional, em 2024, as tarifas chinesas sobre as importações de países de menor desenvolvimento relativo foram zeradas. A medida aprofunda a sua busca de expandir e legitimar a sua visão sobre a globalização, mesmo que os benefícios práticos advindos dessa medida sejam limitados.

Com os avanços no poder chinês nas diversas esferas, a tendência é que, com o tempo, o país gradativamente abandone o que Deng Xiaoping chamava de “política externa de baixo perfil”, baseada em fugir de protagonismos que trouxessem custos desnecessários. No discurso de Xi Jinping no Fórum Econômico Mundial de 2017, podem-se notar tanto intenções no sentido de reforçar questões já em voga, como a resiliência dos mercados, quanto novas proposições que visam legitimar a posição chinesa. Exemplo disso é o novo modelo de desenvolvimento e de governança “justa e equitativa”, sempre ressaltando o discurso oficial de cooperação “ganha-ganha”, além de criticar a volatilidade dos mercados e o surgimento de bolhas, em uma contestação a problemas da ordem internacional liderada pelos Estados Unidos.

Nesse sentido, de acordo com Herrera (2017), a China vem assumindo paulatinamente mais posições de liderança no mundo, fortalecendo sua posição e desenvolvendo relações com diversos parceiros, em especial laços econômicos e de investimentos. Para o autor, a visão estratégica chinesa combina lógicas neorrealistas de atributos de poder brando e duro (econômico e militar) com a ideia

liberal de cooperação e de uma ordem baseada em regras, buscando um mundo multipolar, mas oligopólico, de modo a evitar ameaças. Além de vir evitando conflitos que não tragam ganhos para o país, é notável como vem sendo conduzida uma modernização nas forças armadas, inclusive com a construção de seu terceiro porta-aviões em 2022 (Modernization..., 2022).

Com o tempo, sendo observados avanços no poder chinês nas diversas esferas, a tendência é que o país gradativamente abandone a chamada política externa de baixo perfil. Um exemplo disso foi a mediação chinesa do restabelecimento de relações diplomáticas entre a Arábia Saudita e o Irã (Brasil, 2023c), inclusive após outras tentativas de mediação. O governo chinês também recebeu líderes do Talibã após este ter tomado o poder no Afeganistão em 2021 com a retirada das forças americanas, como forma de se engajar em relações com o grupo e exercer algum controle sobre um país de seu entorno. Como lembra O'Donnell (2022), foi ainda provido apoio financeiro ao Afeganistão e a China aceitou as credenciais de um embaixador do governo do Talibã em 2024, apesar de não o ter formalmente reconhecido. Nos últimos anos, aumentaram, ainda, os conflitos na fronteira chinesa com a Índia, onde há disputas territoriais, embora já tenham sido dirimidas em 2024. Esses fatores mostram como a política externa da China está se tornando mais assertiva, com o país abstendo-se menos de conflitos e até mesmo convertendo situações contenciosas em oportunidades para seus interesses nacionais.

Do ponto de vista da segurança, como apontado por Levien (2021), a China vem aumentando a sua capacidade em termos militares, ao mesmo tempo que promove mudanças na sua doutrina e postura nuclear, incluindo aumento no número de ogivas e recusa em negociar regimes de controle bilaterais com os Estados Unidos (Hiim, Fravel e Trøan, 2023). A nível regional, a China reivindica áreas e construiu ilhas artificiais no Mar do Sul da China, visando fortalecer a sua retórica em disputas com países do Sudeste Asiático diante de declarações unilaterais de soberania sobre áreas marítimas. O país também vem intensificando incursões aéreas e marítimas ao redor de Taiwan, com a reunificação seguindo em seus objetivos estratégicos, além de vir estreitando laços com a Rússia em termos de cooperação e defesa, tendo elevado os laços bilaterais para uma aliança “sem limites” (Shattuck, 2021; Kireeva, 2023). Ainda no contexto do Indo-Pacífico, o país vem fortalecendo parcerias com países como as Ilhas Salomão, de modo a fazer face a outros atores que vêm fazendo o mesmo, como os Estados Unidos, transformando a área em uma zona de disputa por influência (Lei e Sui, 2022).

Seja pela participação na economia internacional, pela sua grande estratégia quanto à ordem mundial ou pela atuação mais pronunciada em termos de segurança regional e internacional, a China vem se tornando crescentemente assertiva e buscando legitimar sua posição como potência em ascensão. Esse processo de ascensão traz repercussões para o mundo e para as estratégias de inserção de diferentes países e regiões. Nesse sentido, é importante analisar os principais elementos da PEB como forma de identificar possíveis implicações para os interesses nacionais de mudanças na distribuição do poder mundial, diante dos principais vetores da posição internacional do Brasil.

3 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: PARADIGMAS E EVOLUÇÃO

Desde meados do século XX, a despeito dos diferentes desafios inerentes a momentos históricos distintos, pode-se observar a persistência de algumas características nas políticas externas empreendidas pelos sucessivos governos brasileiros. Atributos do país – tais como a vasta extensão territorial, as longas fronteiras, a Amazônia e a grande população – são parte integrante da identidade nacional juntamente com as noções conflitantes sobre ser ou não ocidental e latino-americano, refletidas na

projeção internacional do país. Também são primazias da política externa, e mesmo de defesa, brasileira o desenvolvimento, o multilateralismo, o anseio por uma posição de maior poder no mundo, a solução pacífica de controvérsias e a “convivência harmônica entre os países”, este último expresso na Política Nacional de Defesa (Brasil, 2020, p. 7).

Uma questão bastante importante para a PEB é a relação com os Estados Unidos, isto é, a potência hegemônica. As divisões propostas tanto por Pinheiro (2000) como por Spektor (2014) a respeito das fases que podem ser observadas na evolução da política externa têm como baliza uma maior ou menor distância em relação ao governo estadunidense. A primeira autora, por exemplo, usa os termos americanismo e globalismo para diferenciar uma política de maior aproximação aos Estados Unidos de um posicionamento de maior diversificação visando ao aumento do poder de barganha em negociações. O segundo autor, por sua vez, chama a atenção para interfaces da relação com os Estados Unidos com as opiniões divergentes das elites locais, além do espaço para moldar a política externa com algum distanciamento, de modo a não amarrar a sua posição e perder espaço de manobra.

Chega-se, então, a um aspecto que vem moldando a PEB há décadas, ainda que de formas diferentes: o autonomismo, ou, para Fonseca Júnior (1998), a busca de autonomia. Este é um princípio basilar que dá origem a iniciativas e posições no sentido de resguardar e reforçar o interesse nacional, na tentativa de blindá-lo “contra pressões políticas e econômicas de um sistema internacional do qual o Brasil é dependente” (Spektor, 2014, p. 17). Busca-se, pois, controlar o ritmo por meio do qual se adere ao regime internacional e o grau de intensidade com que este diminui o espaço de manobra da política externa, inclusive por meio da participação em instâncias multilaterais (Mello, 2012). Essa ideia perpassou diversos períodos históricos, chegando até mesmo a superar a ideia de busca de justiça na ordem internacional, ainda que a interpretação de autonomia possa ter variado em governos distintos.

Sob a percepção de que os Estados Unidos estavam emergindo, no início do século XX, como potência regional e global, o Barão do Rio Branco, figura fundamental para a diplomacia brasileira, defendeu uma postura de aproximação (Silva, 1995), de modo a tirar proveito dessa posição dos norte-americanos para reforçar o interesse nacional, contra intervenções europeias, apoiando, por exemplo, a Doutrina Monroe. Osvaldo Aranha, por sua vez, seguiu uma lógica em sentido parecido, defendendo uma aliança estratégica com os Estados Unidos para contrabalançar as fraquezas do Brasil, porém sem alinhamentos automáticos, bem como prescindindo de atos como a ruptura de relações com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que só diminuiriam o poder de barganha brasileiro. Essa posição foi chamada por Pinheiro (2000) de americanismo pragmático. Outra abordagem em relação aos Estados Unidos é o que a autora classifica como americanismo ideológico, a exemplo do adotado durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. Trata-se de um alinhamento automático sem benefícios claros, que prejudicou a autonomia brasileira e chegou a ser revisto no final do próprio governo Dutra.

Em contrapartida, há duas outras concepções da PEB que têm como centro um maior universalismo de relações e iniciativas: globalismo hobbesiano e grotiano. Pinheiro (2000) adota tais classificações a partir de noções de um sistema internacional baseado na anarquia, mais centrado na desconfiança e na menor cooperação, como o estado de natureza imaginado por Thomas Hobbes, ou baseado em regras e interdependência, de acordo com o pensamento racionalista de Hugo Grotius, autores que inspiram tais nomenclaturas, respectivamente. Diferenciam-se, assim, do americanismo a diversificação de parceiros e a

participação em diferentes fóruns internacionais ou o simples distanciamento da potência norte-americana como forma de resguardar espaço de manobra autônomo para a política externa.

Entre 1961 e 1964, tem-se um exemplo desse último caso, que Pinheiro (2000) chama de globalismo grotiano. Trata-se da Política Externa Independente, um marco importante da história diplomática brasileira que teve como um dos principais expoentes San Tiago Dantas, ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil. A ideia era não se vincular a nenhum dos polos de disputa da Guerra Fria, ainda que também não tenha havido uma adesão formal ao Movimento dos Países Não Alinhados, participando de fóruns como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos. Essa posição foi, em certa medida, resgatada com o Pragmatismo Ecumênico e Responsável, política externa do governo de Ernesto Geisel, que introduziu maior pluralismo como estratégia de inserção internacional, aproximando-se mais de países africanos e do Oriente Médio em um contexto de descolonização afro-asiática, crise do petróleo e demandas econômicas internas. Também nesse período, no contexto do governo de Jimmy Carter, houve críticas estadunidenses às violações sistemáticas de direitos humanos da ditadura militar, estremecendo ainda mais a relação com o país (Migowski, 2022).

Já no caso do chamado globalismo hobbesiano, sobretudo no contexto da ditadura militar, tem-se uma adesão menor a instituições, junto também a um maior questionamento de posições dos Estados Unidos. Essa posição deu origem a atos como a não ratificação do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares em 1968, além de um maior distanciamento da identidade ocidental brasileira ao se aproximar dos países africanos que estavam se tornando independentes, reconhecendo-os como nações emancipadas. Conforme aponta Spektor (2014), essa estratégia, porém, não gerou um saldo muito positivo, haja vista que não foram atingidos objetivos em matéria de desenvolvimento ou industrialização, além de a posição do Brasil perante o mundo na década de 1980 ser a de um país em crise e isolado.

Pinheiro (2000) defende que, a partir da década de 1990, a PEB incorporou o que chama de institucionalismo pragmático, ou seja, uma adesão às instituições internacionais diretamente baseada nos benefícios diretos a serem auferidos e de forma controlada. Variou-se, assim, entre os dois polos do hobbesianismo e do grotianismo, sendo o centro desses dois extremos o institucionalismo neoliberal. Entende-se este como a ideia de arranjos de cooperação que buscam diminuir a anarquia do sistema internacional. A autora propõe uma discussão sobre o “grau de institucionalização da prática diplomática” (Pinheiro, 2000, p. 318) baseada nesses dois polos, pensando de qual polo a PEB mais se aproxima. Ou seja, se está mais próxima de uma atuação que busca algum tipo de justiça (grotiana) ou se é mais guiada por interesses – autonomistas, por exemplo – e maior participação no regime internacional (hobbesiana).

Com o fim do regime militar, o Brasil passou a buscar o que Spektor (2014, p. 41) chama de “credenciais de boa conduta”, em especial no governo Fernando Henrique Cardoso; ou seja, tentativas de mostrar ao mundo que o Brasil havia mudado e que aderiria de boa-fé ao sistema internacional posto. Reconhecendo a nova ordem que estava se formando após a Guerra Fria, o país inseriu-se em instituições internacionais em áreas como comércio, direitos humanos e não proliferação nuclear, como forma de não se isolar do novo sistema, bem como a obter benefícios com a participação no regime. A adesão, porém, foi controlada, novamente buscando preservar alguma autonomia: “o desenho estratégico concebido em Brasília não era de instituições densas e intrusivas, mas minimalistas e suficientemente flexíveis para acomodar a busca brasileira por autonomia” (Spektor, 2014, p. 43).

A ideia por trás dessa postura, bem como de iniciativas de cooperação, é a diminuição de custos e incertezas decorrentes da postura externa, além da maximização de ganhos, marcando posição autointeressada. Desse modo, é possível notar que existe uma certa continuidade na PEB centrada na ideia de autonomia, ainda que buscada por modos diferentes. Conforme delineia Fonseca Júnior (1998), em um mundo com maior complexidade, nota-se, porém, como as perspectivas hobbesiana e grotiana acabam conjugadas em diferentes processos decisórios, ou até em uma mesma decisão. Respeitar as regras internacionais pactuadas pode ter como objetivo não necessariamente uma concepção de ordem com base em regras, mas uma maior participação no regime e a defesa dos próprios interesses, instrumentalizando-as em nome de objetivos nacionais.

Ainda, continua a ser observado na PEB o foco em garantir margens de manobra da política externa, de modo a não cercear a posição brasileira ou a capacidade de modificá-la e manter espaço de atuação para o processo decisório de política externa do país. Assim, por mais que haja engajamento em iniciativas de integração e cooperação regional, propostas como a de uma corte judicial no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e práticas como a de sanções unilaterais ou de organismos internacionais tendem a não obter o apoio brasileiro em razão de sua manutenção de longo prazo ante a mudança das circunstâncias, o que limita a capacidade de adaptar e reinterpretar regras a partir dos interesses do momento. Entre uma ordem baseada em princípios – que terminam por se dissociar da prática (Pinheiro, 2000, p. 325) – e uma melhor posição na balança de poder internacional, esta tem preponderância no processo de tomada de decisão dos agentes da diplomacia brasileira.

Nos dois primeiros governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciativas de cooperação internacional foram intensificadas, em especial a chamada Sul-Sul – com outros países do Sul global –, das quais resultaram coalizões como o BRICS e o Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). Ao mesmo tempo em que se aumentou “o espaço nacional para vocalizar demandas e galgar posições na hierarquia global” (Spektor, 2014, p. 45), é notável como novamente se busca não alienar a autonomia brasileira, inclusive em relação a países com posições semelhantes no sistema internacional. Foi nesse contexto que a China passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil, quando também se buscou uma maior diversificação de parceiros, observada uma nova tendência de mudanças estruturais do mundo com um maior protagonismo chinês.

Em matéria de segurança, o Brasil tem como foco o seu entorno estratégico (Brasil, 2012), notadamente a América do Sul. A adoção deste termo em detrimento de América Latina revela, de acordo com Lima e Hirst (2006), uma ideia de projeção de poder regional por parte do país, junto a iniciativas de integração e cooperação. Entre estas, podem-se destacar a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), a qual está em processo de reativação pelo atual governo brasileiro, e o Conselho de Defesa Sul-Americano, instituições em que o Brasil pôde exercer alguma liderança regional, ainda que as relações bilaterais tenham sido priorizadas com parceiros sul-americanos.

Apesar de as relações regionais terem trazido alguns ganhos ao Brasil, como em matéria de comércio, a posição de liderança brasileira ante o subcontinente, contudo, não é exercida de forma incontestável, dadas as limitações em matéria de seguidores (Malamud, 2011), discordâncias sobre um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e baixa capacidade de financiamento de projetos regionais (Rodriguez, 2012). Por mais que o país ocupe uma posição de potência regional na América do Sul, os custos de assumir um papel de *hegemon* – ou seja, de ator hegemônico regional – dissuadem o país de fazê-lo, tendo em vista que é justamente o baixo grau de institucionalização de iniciativas brasileiras que impede um papel do Brasil como veículo

de normas internacionais do sistema e, assim, de hegemonia. Reafirma-se, conforme colocado por Spektor (2014), que a PEB tem um caráter muito mais de fortalecimento interno e dos interesses nacionais do que de projeção de poder.

Um exemplo de como iniciativas de cooperação regional enfrentam obstáculos impostos pela postura do próprio Brasil em matéria de baixo nível de institucionalização é o da Reunião Especializada em Agricultura Familiar do Mercosul. De acordo com Grisa *et al.* (2022), essa instância do Mercosul teve uma importância considerável em matéria de coordenação de políticas públicas sobre o tema, com uma reconhecida liderança do Brasil. Foi por essa característica que, com a ascensão de governos que não priorizaram a agricultura familiar, a iniciativa logo foi desmantelada em meados de 2016. O caso mostra como o país de fato figura como “fiador” de iniciativas de integração regional, além da influência brasileira nas questões.

Ainda, conforme colocado por Alsina Júnior (2009), não se pode desprezar o papel que têm as Forças Armadas e a política de defesa na construção da política externa, na medida em que o poder militar é importante para que se sustente e/ou aumente o poder de barganha perante a comunidade internacional, inclusive sendo essa área potencial fonte de cooperação regional. Flandes (2010) também lembra que, em matéria de ameaças transnacionais à segurança, o grau de institucionalização da integração regional é maior, inclusive de foros no âmbito do Mercosul. Já para Villa e Viana (2010, p. 98), a modernização ocorrida no campo militar no Brasil em meados da década passada é, na verdade, uma maneira de o Brasil projetar-se para fora do continente, colocando-se mais próximo de potências de poder e capacidades maiores.

De todo o modo, como delineiam Lima e Hirst (2006), o desenvolvimento nacional segue sendo uma das principais prioridades da PEB. As autoras apontam inclusive que, no passado, o modelo de industrialização por substituição de importações estabeleceu um vínculo “próximo e virtuoso” (Lima e Hirst, 2006, p. 24, tradução nossa) com a dimensão de autonomismo, o que mostra o grau de importância de ambas as questões. Contemporaneamente, é visível como o comércio internacional, a cooperação bilateral e multilateral/regional e a promoção de investimentos são esferas da política externa que trabalham indo ao encontro da ideia de desenvolvimento e acúmulo de recursos materiais.

Todavia, o governo anterior e o atual apresentam leituras divergentes da perspectiva de autonomia. Como apontado por Vidigal e Bernal-Meza (2020), o governo de Jair Bolsonaro valorizou os laços com os Estados Unidos e deu menos atenção a fóruns multilaterais e a iniciativas de integração regional existentes, ligadas a governos anteriores. Criaram-se, porém, espaços como o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul), de modo a se contrapor à Venezuela a nível regional. O entendimento do presidente era de que seria necessário se aliar ao que se compreendia por “ocidental” para trazer autonomia à política externa, em contraposição ao “globalismo” e a outros movimentos de política externa, resultando, por exemplo, na defesa de menos iniciativas relacionadas ao combate à discriminação racial no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Ainda assim, nos planos interno e externo, houve certos contrapesos a esses ímpetus do governo em termos de política externa. Apesar de iniciativas com a China não terem sido realizadas de forma sistemática, o processo de ascensão hegemônica chinesa seguiu ocorrendo, o que, junto à importância do país para o Brasil e aos interesses de atores como os exportadores de *commodities*, impediu um distanciamento completo em relação ao país asiático. Nota-se, pois, o crescente papel da China na definição de objetivos estratégicos nacionais. De qualquer forma, Saraiva e Silva (2019)

destacam o equilíbrio entre a ideologia de buscar aproximação com os Estados Unidos e condenar pressões por preservação ambiental na Amazônia e as questões mais pragmáticas, em especial com a atuação de grupos internos, considerando a relevância da China e a necessidade de manter relações com parceiros estratégicos.

Com o terceiro governo Lula, voltou-se ao entendimento de autonomia pela participação, de “globalismo grotiano” e maior ênfase no multilateralismo e na diversificação de relações, além da adesão a regimes internacionais e a movimentos de reforma das organizações em favor de países em desenvolvimento (Zalazar e Guzmán, 2023; Saraiva e Reis, 2023). As relações com os Estados Unidos não foram abandonadas, mas há maior coordenação no relacionamento com a China, com a ocorrência de visitas mútuas de líderes, além de maior aprofundamento na iniciativa de integração regional, com o Consenso de Brasília, e mais ênfase no desenvolvimento do Mercosul e até da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Também houve envolvimento em tentativas de mediação de conflitos estrangeiros, notadamente o que engloba a Rússia e a Ucrânia, com a criação do Grupo de Amigos de Paz, em 2024 (Brasil, 2024a; 2023d).

Nesse contexto, pode-se destacar a relação do Brasil com o parceiro asiático, que é o principal parceiro comercial brasileiro há mais de dez anos.¹² O relacionamento entre os dois países é bastante estreito, com diversos frutos de cooperação e concertação em diversas áreas, especialmente comércio e defesa. Se atualmente ambas as nações convergem no *status* de país em desenvolvimento, isto pode não continuar sendo verdade nos próximos anos, na medida em que a China, conforme tratado anteriormente, encontra-se em um processo de ascensão, com possibilidade de ocupar um papel de *hegemon*.

Assim sendo, tendo em consideração que um novo ator hegemônico mexe com a distribuição de poder no sistema internacional, este tende a ser modificado, sendo introduzidas novas regras e códigos. Embora não haja certeza sobre o que está por acontecer, é possível analisar, à luz do que é conhecido atualmente, como os interesses do Brasil e da China poderão evoluir no futuro, bem como se ainda haverá espaço para a cooperação, os termos que caracterizam essa relação atualmente e como ela poderá se modificar em um cenário marcado por uma maior assimetria entre os dois países em termos de capacidade e poder.

4 POSSIBILIDADES PARA O BRASIL EM UM NOVO CONTEXTO

A China tem com o Brasil uma relação de ampla cooperação, como mostra a gama de temas que foram incluídos na Declaração Conjunta assinada durante a visita do presidente brasileiro ao país asiático em abril de 2023 (Brasil, 2023a). A relação é estreita em termos de comércio, defesa e tecnologia, mas se observa uma maior influência da China em moldar os rumos do relacionamento. A dinâmica suscita questionamentos sobre um aprofundamento dessa tendência com uma possível hegemonia chinesa e posições ainda mais assertivas.

Em termos comerciais, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços,¹³ a China foi tanto o destino mais frequente das exportações oriundas do Brasil como

12. Dados de exportações, importações e balança comercial com o parceiro China no sistema Comex Stat. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 1º fev. 2025.

13. Dados de exportações, importações e balança comercial com o parceiro China no sistema Comex Stat. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 1º fev. 2025.

liderou como origem das importações brasileiras em 2024. A corrente de comércio ultrapassou os US\$ 158 bilhões, as exportações foram de mais de US\$ 94 bilhões e o saldo comercial foi superavitário em US\$ 30,7 bilhões para o Brasil. A maior parte dos produtos vendidos à China provém da indústria extrativa ou da agropecuária, como a soja (37% do valor total das exportações), os óleos brutos de petróleo (21%) e o minério de ferro (21%). Os países têm, ainda, uma Parceria Estratégica Global, alçada à Comunidade de Futuro Compartilhado Brasil-China por um Mundo mais Justo e um Planeta mais Sustentável – que é um dos níveis de relações bilaterais da categorização da política externa chinesa – em 2024.

Na seara comercial, Alvares e Kosinski (2022) apontam que existe uma questão de segurança alimentar chinesa envolvida: com a enorme demanda por alimentos da China, diversas iniciativas foram criadas no sentido de garantir que houvesse o adequado suprimento em matéria de alimentos no país. O Brasil, desse modo, exerce um papel de relevo para os chineses, já que exporta grande parte do que o país asiático consome. Os autores, porém, ressaltam que, ainda que a produção esteja aumentando na parte brasileira, o país não está avançando no campo da tecnologia de processamento de grãos da soja, por exemplo, produto que lidera as exportações, enquanto a China está aumentando sua participação na industrialização do produto. Também são apontadas ameaças à segurança alimentar do próprio Brasil e a volatilidade do comércio devido à dolarização.

Além disso, existe pouca agência brasileira nesse processo, com a China regendo a procura pela soja e produtos da indústria de extração, como minério de ferro, e o Brasil vendendo sem uma estratégia comercial sustentável. Para os Estados Unidos, por exemplo, a pauta de exportação brasileira é mais concentrada em bens manufaturados, o que assinala a diferença em relação aos produtos vendidos à China. Com uma possível hegemonia chinesa, as desvantagens brasileiras nessa área poderão se aprofundar ainda mais, considerando potenciais mudanças nas posições do país ocupando tal patamar.

Nesse sentido, parte da literatura vem apontando uma crescente dinâmica de assimetria centro-periferia entre Brasil e China (Becard, 2017; Bernal-Meza, 2014). Apesar de haver investimentos chineses no país, contribuindo para o desenvolvimento nacional, o Brasil exporta majoritariamente produtos primários, enquanto a China exporta em sua maioria manufaturados, além de haver atuação de empresas chinesas em áreas extrativas como a mineração na economia brasileira. Já existe, dessa maneira, uma relativa assimetria nessas relações tidas como Sul-Sul, que poderá ser intensificada conforme as mudanças da posição da China no sistema internacional, assim como do Brasil. De todo o modo, é observada cooperação, por exemplo, na área militar e de defesa, como é o caso do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (China-Brazil Earth Resources Satellite – CBERS), programa recentemente renovado (Ribeiro, 2019).

Com relação à dolarização, os dois países firmaram em 2023 um acordo que prevê a criação de uma câmara de compensação para o comércio bilateral, de modo que não seja necessário o uso do dólar para transações. A decisão comprova que existe um alto grau de cooperação entre os países, mas também mostra o que Herrera (2017) sublinha, no sentido de que a América do Sul também se caracteriza, para a China, como área de disputa de influência com os Estados Unidos. Grassi e Silva (2022) lembram, por sua vez, como a disputa hegemônica pode promover uma polarização a nível regional, dificultando iniciativas de integração, que foram menos enfatizadas entre 2019 e 2022 e estão sendo agora reativadas com o novo governo brasileiro.

Já no que tange à segurança, a Estratégia Militar da China de 2015 (China, 2015, p. 4) ressalta os desafios no entorno da Ásia-Pacífico, além de destacar possíveis ameaças à soberania chinesa por vias marítimas, conflitos envolvendo o Mar do Sul da China e a questão de Taiwan. Trata-se de questões visivelmente cruciais para o país e que se encontram distantes tanto geográfica quanto politicamente do Brasil, que se limita a respeitar a Política de Uma Só China, seguida pela maioria dos Estados-membros da ONU. Diante de uma ação de reunificação forçada de Taiwan, o Brasil encontrar-se-ia no dilema colocado por Pinheiro (2000) entre adesão a regras e posições mais vantajosas ao interesse nacional. A dependência, portanto, que o país tiver em relação à China em tal momento – algo que pode ser moldado até lá considerando as questões ora discutidas – será um fator relevante para determinar o grau de adesão e a reação de modo geral a movimentos agressivos chineses. Isso posto, vale resgatar o que foi dito pelo chanceler brasileiro, Mauro Vieira, na II Reunião de Ministras e Ministros das Relações Exteriores Ibero-Americanas, descrevendo o “Atlântico Sul como um espaço de paz, cooperação, amizade e comércio, livre de armas nucleares e de *contendas geopolíticas alheias à região*” (Brasil, 2023b, grifo nosso). Destacou-se, assim, a não vinculação a conflitos extrarregionais como um ativo importante para a posição do Brasil e da região, algo que também contribui para a manutenção da margem de manobra brasileira.

Um fator importante é que, caso a China de fato venha a ocupar uma posição de potência hegemônica no cenário internacional, ela mudará ainda mais de *status* em relação ao Brasil e a demais parceiros do Sul global. Especialmente até o início do século, os dois países tinham posições relativamente próximas no sistema internacional em matéria de poder, exercendo papéis de liderança regional, embora a China já estivesse envolvida em conflitos como o de Taiwan, além de ter capacidades nucleares de ataque. Desse modo, se antes os países apenas se aproximavam em foros como o BRICS, pode-se dizer que a distância em termos de posição ocupada por cada um vem crescendo, bem como é importante que isso seja considerado pelo Brasil ao construir iniciativas com o parceiro. Deve-se, pois, lidar com o surgimento ou aprofundamento de assimetrias já aparentes decorrentes de interesses chineses mais próximos de uma posição hegemônica e de custos e objetivos inerentes a tal distribuição de poder. O país asiático, por exemplo, não manifesta apoio ao pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, como o fazem Rússia, França e Reino Unido.

Conforme apontado por Magnotta (2023), algum nível de assimetria na relação entre os dois países já é visível. Por mais que os acordos assinados na ocasião da visita feita à China por uma comitiva brasileira em 2023 – que incluem temas como infraestrutura, meio ambiente, ciência e tecnologia – expressem o alto grau de cooperação, a autora nota como as temáticas são quase as mesmas do plano Made in China 2050 (United States Chamber of Commerce, 2017), que estabelece metas e meios para que a China se torne uma potência líder até 2049, quando se completarão cem anos da Revolução Chinesa. Pode-se notar, pois, o poder chinês de modular o tom da relação. Ainda assim, há demonstrações de limites do Brasil em relação às iniciativas chinesas, como mostra a ausência de menções às Iniciativas de Segurança e de Civilização Global da China na Declaração Conjunta entre os líderes emitida por ocasião da visita do presidente Lula ao país asiático em 2023 (Brasil, 2023a). Já na declaração emitida no contexto da visita de Xi Jinping ao Brasil em 2024, há menções a políticas nacionais do Brasil e regionais da América do Sul, como o programa Rotas da Integração e o novo Plano de Aceleração do Crescimento (Brasil, 2024b).

Outro ponto de desigualdade é a tecnologia: a infraestrutura usada em redes 5G no Brasil é majoritariamente proveniente de empresas chinesas, como a Huawei, de modo que é visível como

prioridades históricas do Brasil (desenvolvimento e autonomia) não estão sendo alcançadas nessa esfera. Por mais que haja cooperação na área, como em satélites (Ribeiro, 2019), é necessário que os ganhos relativos do Brasil sejam mais expressivos. Vale notar que, de modo geral, o 5G é objeto de competição pelo controle da infraestrutura e de fluxos de dados e que o leilão das frequências dessa conexão no Brasil, ocorrido em 2021, foi alvo de disputas sobretudo motivadas por interesses dos Estados Unidos de pressionar a mudança na infraestrutura brasileira (Prestes, 2022). Maurício, Almeida e Soares Júnior (2021) apontam, de forma geral, a posição periférica do Brasil diante dessas dinâmicas, o que afeta o paradigma da autonomia e até o do desenvolvimento em um contexto de crescente importância estratégica de aparatos tecnológicos.

A difusão de tecnologias de ponta é um elemento-chave na construção de um país como potência hegemônica, como reconhecido por Horowitz (2018) e Duarte (2012), considerando a relação entre desenvolvimento econômico, inovação tecnológica e capacidade militar. A própria disputa comercial entre China e Estados Unidos insere-se nesse contexto, com tentativas estadunidenses de atrasar e/ou impedir avanços da China em setores estratégicos para o avanço tecnológico. Se o país asiático obtiver a posição de hegemonia, deverá também alcançar liderança nessa esfera, difundindo a tecnologia desenvolvida na China para todo o mundo. Para o Brasil manter a valorizada autonomia e o desenvolvimento, vetores da política externa, é preciso observar a necessidade de se apropriar de tecnologias estratégicas de modo a vencer a posição periférica nessa área apontada pela literatura.

Diante dessas questões, o Brasil segue buscando aumentar a sua margem de manobra nas relações internacionais por meio da manutenção do rol de alianças de geometria variável – isto é, arranjos distintos centrados em iniciativas e parceiros importantes que fortalecem a posição externa brasileira –, prezando pelo tão caro autonomismo. Trata-se também de aplicar o que o embaixador João Augusto de Araújo Castro afirmava em termos de manter princípios de política externa, mas definir normas de conduta conforme as problemáticas do mundo contemporâneo (Silva, 1995). Um exemplo dessa dinâmica pôde ser observado após a visita do presidente brasileiro à China em 2023, quando os Estados Unidos anunciaram um aumento substancial em sua contribuição ao Fundo Amazônia, claro exemplo do uso de posições flexíveis e da conservação de espaço de manobra para assegurar uma posição autônoma e maximizar ganhos. Dessa forma, aproveitam-se interesses distintos de potências para atingir objetivos de política externa sem se comprometer unicamente com um lado (Kalout e Guimarães, 2022).

Como apontado por Flesher (2010), o *soft balancing* (balanceamento suave de poder) é uma estratégia que está no centro da PEB e consiste na formação de pequenas e distintas coalizões, como estratégia institucional de amortecimento da influência do *hegemon*. Se essa tática vinha sendo aplicada até então para lidar com a posição hegemônica dos Estados Unidos – inclusive pela própria China –, é possível que se explore a cooperação e coordenação com outros países em um futuro em que o governo chinês possa se alçar a uma posição de hegemonia global. A estratégia não envolve o desafio direto do *hegemon*, mas ferramentas pontuais para lidar com o ator hegemônico. Nesse mesmo sentido, está o *hedging*, que consiste em movimentos pendulares entre diferentes polos de poder, de modo a maximizar ganhos de política externa, sem compromissos exclusivos com um ou outro polo.

Um exemplo bastante visível dessa estratégia está no contexto da visita de Xi Jinping ao Brasil em 2024. A própria visita de Xi pode ser vista como uma forma de a China demonstrar boas relações com o país sul-americano diante dos Estados Unidos, considerando a elevação de laços, a afirmação e o aprofundamento das relações. A então representante comercial estadunidense, Katherine Tai,

afirmou que o Brasil deveria avaliar os riscos de aprofundar suas relações comerciais com a China, motivando outra nota de condenação da embaixada chinesa, citando desrespeito à soberania brasileira (Matoso e Fontão, 2024). O Brasil, contudo, não emitiu posicionamento formal sobre esses comentários. De todo o modo, o país não aceitou integrar a Iniciativa Cinturão e Rota, algo que foi discutido anteriormente à visita e que foi um sinal claro de autonomia e de limite ao engajamento com a China.

É igualmente relevante investigar a produção intelectual de autores que têm alguma proximidade com o pensamento chinês e que, por mais que não participem diretamente do *statecraft*, podem revelar o que pode ser esperado em um sistema internacional moldado pela China. Zhongqiu (2023) destaca a questão do desenvolvimento e da diversidade, além de uma “ordem *tianxia*” (*op. cit.*, p. 36), baseada na “virtude e na prosperidade” (*op. cit.*, p. 37) e sem buscar monopolizar o mundo inteiro, com referências ao passado ancestral do país. Também se defende uma nova ordem composta por sistemas regionais e instituições. Já Ping (2023, p. 12) entende que “o destino histórico da China é estar com o Terceiro Mundo”, o que será importante para a definição das relações entre o gigante asiático e seus atuais parceiros.

Essas noções estão presentes no discurso oficial chinês, inclusive na relação com o Brasil, ao se colocar como país em desenvolvimento, presente em fóruns de contestação à ordem mundial, como o BRICS e o G77+China,¹⁴ que promove uma cooperação com ganhos em tese mútuos, e ao se posicionar como uma alternativa a empréstimos de organizações ocidentais (Mlambo, 2022). Ao mesmo tempo, observando a relação com o Brasil, notam-se os sinais de autointeresse e de assimetria nas relações da China com outros países em desenvolvimento, ainda que se discutam o caráter dessas diferenças e o impacto de projetos chineses sobre países e regiões. O *hedging* e uma resposta igualmente autointeressada dentro de uma relação com pontos benéficos, diversa e aprofundada são elementos que podem favorecer a autonomia brasileira na política externa. Vale ressaltar que, à medida que a ascensão chinesa avançar, deverão ocorrer novas mudanças na retórica e nos interesses chineses diante de custos maiores de uma posição hegemônica. Uma estratégia efetiva deve considerar essas transformações em potencial decorrentes de uma política externa chinesa fundada na hegemonia para sustentar – ou mesmo criar – uma estratégia brasileira autônoma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscou-se enfatizar a ascensão da China em diversos aspectos, especialmente na balança de poder mundial. Atualmente discute-se se os Estados Unidos realmente terão o seu papel de *hegemon* tomado pelo país asiático e, se isso ocorrer, como procederá o governo chinês. Um bom planejamento estratégico, todavia, deve considerar diferentes possibilidades de cenário futuro de modo a preparar as instituições nacionais de formulação de política externa e defesa, bem como aquelas que guardam a soberania nacional, para essas possíveis transformações pelas quais o sistema internacional poderá passar com um novo Estado dominante.

O Brasil – por mais que tenha passado por diferentes governos, com distintas abordagens e instrumentalizações – mostra-se firme à ideia de autonomismo, tendo inclusive buscado a chamada autonomia pela diversificação mais recentemente na cooperação com outros países para obter ganhos em termos de espaço de manobra e mesmo de *soft balancing*. São linhas-guia que motivam diferentes

14. Grupo dos 77 (G77).

ações do país seja em termos de parcerias, seja de defesa de reforma de instituições e de engajamento com regimes internacionais para alcance dos interesses nacionais. Relações bilaterais são instrumentos relevantes nesse rol e, no âmbito da PEB, o relacionamento com a China perpassa diversas questões de importância para o Brasil interna e externamente, o que implica mais atenção ao país asiático no processo de formulação da PEB e das estratégias que a movem.

A cooperação com a China, atualmente em um alto nível de concertação e de aprofundamento, foi um dos meios encontrados para promover a aproximação com outros países do Sul global, além de diversificar as relações do Brasil. Porém, como discutido ao longo deste estudo, é importante que continue se conservando um espaço de manobra, de modo a preservar os objetivos estratégicos nacionais. Deve-se, portanto, caminhar em direção a uma política externa mais autônoma para não incorrer em um tipo reeditado de dependência, da qual tanto se tentou e se tenta fugir inclusive para garantir a segurança e o desenvolvimento do país.

Ainda que não haja certeza em relação ao comportamento da China como potência hegemônica no futuro, o aprofundamento de assimetrias de poder em relação aos países em desenvolvimento deverá levar a mudanças na sua retórica e nas maneiras de inserção internacional em comparação ao que se observa no seu processo de ascensão. Essas transformações em potencial implicarão desafios para o Brasil garantir os interesses nacionais, em especial em termos de manutenção da autonomia. Se o relacionamento com o país asiático funcionou como parte de um *hedging* em relação aos Estados Unidos, é preciso reavaliar os instrumentos de política externa e pensar em como contrabalançar ou extrair benefícios de uma China em posição de hegemonia.

Para tanto, conforme ressaltado, é preciso formular uma estratégia para uma posição ativa em relação ao parceiro asiático, notadamente considerando as assimetrias já existentes e as que podem se aprofundar com o tempo. Tanto a dinâmica centro-periferia na relação comercial quanto a dependência tecnológica do 5G são sinais da necessidade de maior agência brasileira em um contexto em que a China molda o tom da relação e o Brasil mais acompanha do que estabelece suas prioridades. Diante dessa realidade atual e considerando os paradigmas da PEB, deve-se repensar como a estreita relação entre os países pode ser direcionada para fortalecer a autonomia nacional, em especial quando as condições do sistema internacional podem ir de encontro a tal objetivo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. F. O discurso de Xi Jinping em Davos e a construção do século XXI. **Hoplos: Revista de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais**, v. 1, n. 1, 2017.
- ALSINA JÚNIOR, J. P. S. O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, n. 2, p. 173-191, dez. 2009.
- ALVARES, T. O.; KOSINSKI, D. S. Segurança alimentar e nacional da China no século XXI: a rivalidade com os Estados Unidos e a posição do Brasil. **Revista Brasileira De Estudos de Defesa**, v. 9, n. 1, p. 205-227, 2022.
- AMORIM NETO, O. **De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- BECARD, D. China y Brasil: ¿modelo de relaciones Sur-Sur? In: PASTRANA, E. B.; GEHRING, H. (Ed.). **La proyección de China en América Latina y el Caribe**. Bogotá: Editorial Javeriana, 2017. p. 387-408.

BERNAL-MEZA, R. La heterogeneidad de la imagen de China en la política exterior latinoamericana: perspectivas para la concertación de políticas. **Comentario Internacional**, n. 14, p. 113-134, 2014.

BOWN, C. P. How the United States marched the semiconductor industry into its trade war with China. **East Asian Economic Review**, v. 24, n. 4, p. 349-388, 31 Dec. 2020.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional. Acesso em: 4 abr. 2023.

_____. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf. Acesso em: 4 abr. 2023.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o aprofundamento da Parceria Estratégica Global**. Brasília: MRE, 14 abr. 2023a. (Nota à Imprensa, n. 133). Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-sobre-o-aprofundamento-da-parceria-estrategica-global-pequim-14-de-abril-de-2023. Acesso em: 20 abr. 2023.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Intervenção do ministro Mauro Vieira por ocasião da III Reunião de Ministras e Ministros das Relações Exteriores Ibero-Americanos**. Brasília: MRE, 2023b. (Nota à Imprensa, n. 110). Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/intervencao-do-ministro-mauro-vieira-por-ocasio-da-ii-reuniao-de-ministras-e-ministros-das-relacoes-exteriores-ibero-americanos-2013-sao-domingos-24-de-marco-de-2023. Acesso em: 20 abr. 2023.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Restabelecimento de relações diplomáticas entre o Reino da Arábia Saudita e a República Islâmica do Irã**. Brasília: MRE, 2023c. (Nota à Imprensa, n. 97). Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/restabelecimento-de-relacoes-diplomaticas-entre-o-reino-da-arabia-saudita-e-a-republica-islamica-do-ira. Acesso em: 20 abr. 2023.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Consenso de Brasília**. Brasília: MRE, 2023d. (Nota à Imprensa, n. 217). Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/consenso-de-brasil-2013-30-de-maio-de-2023. Acesso em: 12 fev. 2025.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **XV Reunião de Ministros de Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica**. Brasília: MRE, 2024a. (Nota à Imprensa, n. 56). Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xv-reuniao-de-ministros-de-relacoes-exteriores-da-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica. Acesso em: 12 fev. 2025.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração conjunta sobre a formação conjunta da Comunidade de Futuro Compartilhado Brasil-China por um Mundo mais Justo e um Planeta mais Sustentável**. Brasília: MRE, 2024b. (Nota à Imprensa, n. 565). Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-sobre-a-formacao-conjunta-da-comunidade-de-futuro-compartilhado-brasil-china-por-um-mundo-mais-justo-e-um-planeta-mais-sustentavel. Acesso em: 12 fev. 2025.

CARRAI, M. A. China, the BRI, and the new vocabulary of global governance. In: DUARTE, P. A. B.; LEANDRO, F. J. B. S.; GALÁN, E. M. (Ed.). **The Palgrave handbook of globalization with Chinese characteristics**. Singapore: Springer Nature Singapore, 2023. p. 35-53.

CARVALHO, G. O. G. D. Estados Unidos e China: a disputa do século XXI. É só poder? **Coleção Meira Mattos**, v. 17, n. 58, 2023.

CASTELLI, Y. L. P.; OLIVEIRA, O. H. A. C. D. Economia política das relações Brasil-China: uma proposta de análise dos acordos firmados no terceiro governo Lula. **Conjuntura Austral**, v. 14, n. 68, p. 163-177, 30 nov. 2023.

CHINA. The State Council Information Office. **China's Military Strategy 2015**. [s.l.]: The State Council Information Office, 2015. Disponível em: <https://jamestown.org/wp-content/uploads/2016/07/China%E2%80%99s-Military-Strategy-2015.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

COSTA, C. M. The globalizing discourse of the Belt and Road Initiative. In: DUARTE, P. A. B.; LEANDRO, F. J. B. S.; GALÁN, E. M. (Ed.). **The Palgrave handbook of globalization with Chinese characteristics**. Singapore: Springer Nature Singapore, 2023. p. 55-66.

DUARTE, E. **Tecnologia militar e desenvolvimento econômico: uma análise histórica**. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1748). Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/90920/1/719400392.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2025.

DUARTE, P. A. B.; LEANDRO, F. J. B. S.; GALÁN, E. M. (Ed.). **The Palgrave handbook of globalization with Chinese characteristics: the case of the Belt and Road Initiative**. Singapore: Springer Nature Singapore, 2023.

FANG, K. *et al.* Progress towards sustainable development goals in the Belt and Road Initiative countries. **Journal of Cleaner Production**, v. 424, Oct. 2023.

FLEMES, D. A visão brasileira da futura ordem global. **Contexto Internacional**, v. 32, n. 2, p. 403-436, dez. 2010.

FONSECA JÚNIOR, G. **A legitimidade e outras questões internacionais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GAMBRELL, J. Iran, Saudi Arabia agree to resume ties, with China's help. **The Diplomat**, 10 Mar. 2023. Disponível em: <https://thediplomat.com/2023/03/iran-saudi-arabia-agree-to-resume-ties-with-chinas-help/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

GOLDSTEIN, A. China's Grand Strategy under Xi Jinping: reassurance, reform, and resistance. **International Security**, v. 45, n. 1, p. 164-201, July 2020.

GRASSI, J. M.; SILVA, A. K. M. Impactos da disputa geopolítica entre as grandes potências no Sul global: desestabilização e (des)integração sul-americana. **Conjuntura Austral**, v. 13, n. 61, p. 33-46, fev. 2022.

GRISA, C. *et al.* Brazilian government action in the strengthening and dismantling of Mercosur's family farming institutionality. **Contexto Internacional**, v. 44, n. 3, p. e20210024, 2022.

HERRERA, M. Y. República Popular China y el nuevo posicionamiento geoestratégico: América Latina en la mira del Dragón. **Revista Política y Estrategia**, n. 130, 2017.

HIIM, H. S.; FRAVEL, M. T.; TRØAN, M. L. The dynamics of an entangled security dilemma: China's changing nuclear posture. **International Security**, v. 47, n. 4, p. 147-187, 4 Jan. 2023.

HIRST, M.; PINHEIRO, L.; LIMA, M. R. S. de. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. **Revista Nueva Sociedad**, dez. 2010.

HOROWITZ, M. C. Artificial intelligence, international competition, and the balance of power. **Texas National Security Review**, v. 1, n. 3, p. 37-57, May 2018.

IKENBERRY, J. **After victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after Major War**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

KALOUT, H.; GUIMARÃES, F. S. Uma política externa pendular entre EUA e China: o Brasil se protegendo para sobreviver. **CEBRI-Revista**, v. 1, n. 4, 2022.

_____. The restoration of Brazilian foreign policy. **Foreign Affairs**, 15 Mar. 2023. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/south-america/restoration-brazilian-foreign-policy>. Acesso em: 15 abr. 2023.

KIM, J. Territorial disputes in the South China Sea: implications for security in Asia and beyond. **Strategic Studies Quarterly**, v. 9, n. 2, p. 107-141, 2015.

KIREEVA, A. A. Theories of international relations and prospects of a military alliance between Russia and China. **Russian Journal of World Politics and Law of Nations**, v. 1, n. 1/2, p. 98-130, 3 Jan. 2023.

KRASNER, S. **Sovereignty: organized hypocrisy**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

KUMAR, S. Y. S. China-Pakistan Economic Corridor (CPEC): India's conundrum and policy options. In: DUARTE, P. A. B.; LEANDRO, F. J. B. S.; GALÁN, E. M. (Ed.). **The Palgrave handbook of globalization with Chinese characteristics**. Singapore: Springer Nature Singapore, 2023. p. 475-493.

LEI, Y.; SUI, S. China-Pacific island countries strategic partnership: China's strategy to reshape the regional order. **East Asia**, v. 39, n. 1, p. 81-96, 1 Mar. 2022.

LEVIEN, M. T. **O caminho do rejuvenescimento: uma análise da inserção internacional da China com base em suas estratégias geopolíticas à luz da teoria do realismo ofensivo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

LIMA, M. R. S. de; HIRST, M. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, v. 82, n. 1, p. 21-40, 2006.

LORDELLO, A. V. D. **A disputa hegemônica Estados Unidos e China: efeitos ao multilateralismo e à política externa brasileira**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, set. 2021.

MAGNOTTA, F. Acordos firmados na China criam oportunidades, mas multiplicam riscos. **Uol**, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/fernanda-magnotta/2023/04/14/acordos-firmados-na-china-criam-oportunidades-mas-multiplicam-riscos.htm>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MALAMUD, A. A leader without followers? The growing divergence between the regional and global performance of Brazilian foreign policy. **Latin American Politics and Society**, v. 53, n. 3, p. 1-24, 2011.

MATOSO, F.; FONTÃO, C. Embaixada da China vê tentativa de interferência e diz que EUA faz comentários 'irresponsáveis' sobre relação sino-brasileira. **G1**, 26 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/10/26/embaixada-da-china-ve-tentativa-de-interferencia-e-diz-que-eua-faz-comentarios-irresponsaveis-sobre-relacao-sino-brasileira.ghtml>. Acesso em: 1º fev. 2025.

MAURÍCIO, P.; ALMEIDA, R. de Q.; SOARES JÚNIOR, C. O Brasil na periferia da disputa geopolítica sobre o 5G. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, v. 23, n. 2, p. 124-138, 26 ago. 2021.

MEARSHEIMER, J. China's unpeaceful rise. **Current History**, v. 150, n. 690, p. 160-162, 2006.

MELLO, F. C. O multilateralismo na política externa brasileira. **Carta Internacional**, v. 7, n. 2, p. 163-173, dez. 2012.

MENDONÇA, M. A. A. D.; LOPES FILHO, C. R. D. F. U.; OLIVEIRA, J. K. B. D. S. A Nova Rota da Seda e a projeção econômica internacional da China: redes de financiamento e fluxos de investimento externo direto (IED). **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 31, p. 9-37, 27 abr. 2022.

MIGOWSKI, E. Estados Unidos, China e a transição de poder no século XXI. **Coleção Meira Mattos**, v. 15, n. 53, p. 207-221, ago. 2021.

_____. **Gigante pela própria natureza: a política externa independente, seus teóricos, sua história**. Rio de Janeiro: Appris, 2022.

MLAMBO, C. China in Africa: an examination of the impact of China's loans on growth in selected African states. **Economies**, v. 10, n. 7, p. 154, July 2022.

MODERNIZATION of Chinese navy: what is behind aircraft carrier ‘Fujian’. **CGTN**, 28 July 2022. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2022-07-28/What-is-behind-aircraft-carrier-Fujian--1c1Gv0ObA3K/index.html>. Acesso em: 17 fev. 2023.

MORALES, P. S.; MENECELLI, P. Communicating the authentic China: partnership agreements and the use of Chinese sources and voices by Brazilian media. **Chinese Journal of Communication**, p. 1-17, 2 Apr. 2024.

NEDOPIL, C. **China Belt Road Initiative (BRI) Investment Report 2023**. Brisbane: Griffith University, Feb. 2024. Disponível em: <https://research-repository.griffith.edu.au/handle/10072/428967>. Acesso em: 2 fev. 2025.

NICITA, A.; RAZO, C. China: the rise of a trade titan. **UN Trade and Development**, 27 Apr. 2021. Disponível em: <https://unctad.org/news/china-rise-trade-titan>. Acesso em: 3 set. 2024.

NOGUEIRA, I. O Estado na China. **Oikos**, v. 20, n. 1, 7 July 2021.

O'DONNELL, L. The Taliban didn't get Chinese recognition, but they're getting Chinese help. **Foreign Policy**, 31 Mar. 2022. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2022/03/31/taliban-china-afghanistan-relations-investment-recognition/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

ORGANSKI, A. F. K. **World politics**. New York: Alfred A. Knopf, 1958.

PING, Y. A crise na Ucrânia e a construção de um novo sistema internacional. **Wenhua Zongheng**: no Limiar de uma Nova Ordem Internacional, v. 1 n. 1, p. 10-15, mar. 2023.

PINHEIRO, L. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, p. 305-335, 2000.

PRESTES, E. G. A geopolítica digital do 5G: elementos para compreender o desenvolvimento tecnológico chinês da quinta geração de telefonia móvel. **GEOUSP**, v. 26, p. e194823, 5 set. 2022.

RIBEIRO, R. C. **Aliança tecnológica com a China na área espacial: os 30 anos do programa CBERS (1988-2018)**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

RODRIGUEZ, J. C. C. Chacal ou cordeiro? O Brasil frente aos desafios e oportunidades do Sistema Internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 55, n. 2, p. 70-89, dez. 2012.

SANTOS, P. P.; LI, Y.; ALVES, J. The new face of multilateralism: the case of “Chinese” forums. In: DUARTE, P. A. B.; LEANDRO, F. J. B. S.; GALÁN, E. M. (Ed.). **The Palgrave handbook of globalization with Chinese characteristics**. Singapore: Springer Nature Singapore, 2023. p. 253-270.

SARAIVA, M. G.; REIS, A. P. M. S. Brasil “voltou”: as mudanças na política externa nos primeiros 100 dias do governo de Lula. **Conjuntura Austral**, v. 14, n. 68, p. 61-72, 30 nov. 2023.

SARAIVA, M. G.; SILVA, A. V. C. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, n. 64, p. 117-137, dez. 2019.

SHATTUCK, T. Assessing the patterns of PLA air incursions into Taiwan's ADIZ. **Global Taiwan Brief**, v. 6, n. 7, 7 Apr. 2021.

SILVA, A. M. E. O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. **Estudos Históricos, História e Região**, v. 8, n. 15, p. 95-118, jun. 1995.

SILVA, I. D. G. O. E. **Parceiro: a criação de uma nova concepção nacional brasileira sobre cooperação entre 1970 e 1987**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SOUSA, A. T. L. M. D.; ABRÃO, R. A. F.; PORTO, L. F. D. S. China na política externa do terceiro governo Lula: cem dias de reconstrução. **Conjuntura Austral**, v. 14, n. 68, p. 150-162, 30 nov. 2023.

SPEKTOR, M. O projeto autonomista na política externa brasileira. *In*: MONTEIRO NETO, A. **Política externa, espaço e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014. p. 17-58. (Desenvolvimento nas Ciências Sociais: o Estado das Artes, n. 3).

UNITED STATES CHAMBER OF COMMERCE. **Made in China 2025**: global ambitions built on local protections. Washington, D.C.: U.S. Chamber of Commerce, 2017. Disponível em: <https://www.uschamber.com/international/made-china-2025-global-ambitions-built-local-protections-0>. Acesso em: 20 abr. 2023.

VIDIGAL, C. E.; BERNAL-MEZA, R. Bolsonaro *versus* Rio Branco: transição hegemônica, América do Sul e política externa. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 15, n. 2, p. 11-26, dez. 2020.

VILLA, R. A. D.; VIANA, M. T. Security issues during Lula's administration: from the reactive to the assertive approach. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, número especial, p. 91-114, dez. 2010.

YAHUDA, M. China's new assertiveness in the South China Sea. *In*: ZHAO, S. (Ed.). **Construction of Chinese nationalism in the early 21st century**. London: Routledge, 2014.

ZALAZAR, M.; GUZMÁN, M. F. El retorno de Lula, el retorno de la autonomía mediante diversificación: un análisis de sus primeros 100 días como presidente. **Conjuntura Austral**, v. 14, n. 68, p. 12-23, 30 nov. 2023.

ZHONGPING, F.; JING, H. **China's strategic partnership diplomacy**: engaging with a changing world. Madrid: Fride, June 2014. (ESPO Working Paper, n. 8).

ZHONGQIU, Y. Cinco séculos de transformações globais: uma perspectiva chinesa. **Wenhua Zongheng**: no Limiar de uma Nova Ordem Internacional, v. 1 n. 1, p. 17-39, mar. 2023.

